

# **PROPOSTA DE ALTERAÇÕES**

## **AOS**

### **ESTATUTOS DA “ASSOCIAÇÃO DOS REFORMADOS DE BROTAS”**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE, NATUREZA, AMBITO DE ACÇÃO E FINS**

##### **Artigo 1º**

(Denominação e Sede)

1. A presente Associação tem a denominação de Associação Protectora da Casa de Repouso dos Reformados de Brotas e, de forma abreviada usa e é conhecida como “Associação dos Reformados de Brotas”, sendo nos presentes Estatutos também designada por Instituição.
2. Tem a sua sede na **Rua Joaquim Alves Salgado nº. 2 da aldeia de Brotas**, concelho de Mora, e rege-se pelas disposições legais aplicáveis, pelo disposto nos presentes Estatutos e pelos Regulamentos que venham a ser aprovados.

##### **Artigo 2º**

(Natureza e Âmbito)

1. A “Associação dos Reformados de Brotas” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, a sua duração é por tempo indeterminado e o seu âmbito geográfico abrange a freguesia da sua sede, Brotas, no concelho de Mora.
2. A Associação é membro da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Évora com todos os direitos e deveres inerentes a tal condição.

##### **Artigo 3º**

## (Fins)

A “Associação dos Reformados de Brotas” tem como finalidades promover o bem estar e a qualidade de vida das pessoas Idosas e Reformados, contribuir para a solidariedade e auxílio a essas pessoas, em regime de neutralidade de política partidária e com repúdio de espírito de predomínio elitista de ordem intelectual ou económica no seu seio, designadamente:

- a) Apoio á família;
- b) Apoio a pessoas idosos;
- c) Apoio ás pessoas com deficiência ou incapacidade;
- d) Apoio á integração social e comunitária;
- e) Proteção dos cidadãos na doença, velhice, invalidez e, em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

## Artigo 4º

### (Actividades)

1. Para a realização das suas finalidades e objectivos a “Associação dos Reformados de Brotas” propõe-se a, na medida das suas possibilidades, criar e manter, dirigir e administrar, as seguintes actividades:

- a) Centro de Dia para Idosos;
- b) Lar de Idosos - Centro de Internamento permanente para Idosos;
- c) Apoio domiciliário a Idosos;
- d) Outras valências assistenciais ou de natureza recreativa, podendo abranger outros meios de bem fazer, quer no sector da saúde, quer no da educação, nomeadamente através de auxílio e convívio intergeracional.

2. A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividades constarão de Regulamentos elaborados pela Direcção.

3. Os serviços prestados pela “Associação dos Reformados de Brotas” serão remunerados de acordo com as normas legais, estatutárias e regulamentares já em vigor ou pelas que vierem a ser estabelecidas.

4. As tabelas de participação dos utentes são elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os Acordos de Cooperação que sejam celebrados com os serviços competentes.

## CAPÍTULO II

### ASSOCIADOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

## **Artigo 5º**

### **(Admissão)**

1. Podem ser associados as pessoas singulares maiores de 18 anos e as pessoas colectivas.
2. A Instituição não tem qualquer limitação quanto ao número máximo de associados.

## **Artigo 6º**

### **(Categorias de associados)**

1. São consideradas as seguintes categorias de associados:
  - a) Associados Efectivos: pessoas singulares ou colectivas que se proponham colaborar na manutenção e na realização dos fins da Instituição, obrigando-se ao pagamento de quota mensal do valor a fixar pela Assembleia Geral;
  - b) Associados Honorários: pessoas singulares ou colectivas, que através de serviços ou donativos apoiem de forma especialmente relevante a realização dos fins da Instituição, nos termos de proposta da Direcção que a Assembleia Geral aprove e proclame.
2. A qualidade de Associado prova-se pela inscrição em registo que a Instituição obrigatoriamente possuirá.

## **Artigo 7º**

### **(Direitos dos Associados)**

Os Associados têm direito de participar na vida da Instituição, nos termos dos presentes Estatutos e dos seus Regulamentos, nomeadamente:

- a) Eleger e ser eleito para os cargos sociais, desde que tenham pelo menos um ano de vida associativa e se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos nos termos destes estatutos e seus regulamentos;
- b) Participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral e requerer a respectiva convocação;



- c) Consultar a escrituração de livros e documentos contabilísticos, desde que o requeiram por escrito, com a antecedência mínima de 8 dias, e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo do requerente;
- d) Ter preferência no acesso e admissão como beneficiários dos serviços prestados, nos termos dos regulamentos em vigor e desde que se verifiquem as condições necessárias para o efeito;
- e) Ser preferido, sempre que possível, para os lugares remunerados que porventura venham a ser criados no quadro de pessoal da Instituição.

### **Artigo 8º**

#### **(Deveres dos Associados)**

Os Associados têm os deveres e obrigações instituídos nos presentes Estatutos e seus Regulamentos, devendo em especial:

- a) Contribuir para a realização dos fins institucionais da Instituição, participando de forma activa na vida da Instituição;
- b) Pagar pontualmente as suas quotas com base nos critérios estabelecidos;
- c) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- d) Respeitar as disposições estatutárias, regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- e) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.

### **Artigo 9º**

#### **(Regime Disciplinar)**

1. Os Associados que por acção ou omissão incumpram os deveres preceituados nos presentes Estatutos e seus Regulamentos incorrem em infracção disciplinar.

2. As infracções disciplinares são passíveis da aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão de direitos até um ano;
- c) Exclusão.

3. O exercício da acção disciplinar será objecto de Regulamento.

4. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo são da competência da Direcção.

5. A sanção de exclusão é da exclusiva competência da Assembleia Geral sob proposta fundamentada da Direcção.

6. A aplicação de sanções pressupõe a audiência prévia obrigatória do infractor, devendo ser proporcional à gravidade do comportamento e à culpabilidade revelada, não podendo aplicar-se mais que uma sanção pela mesma infracção.

7. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quotização respeitante ao período de suspensão.

### **Artigo 10º**

(Perda da Qualidade de Associado)

1. Os Associados podem, a todo o tempo, demitir-se da Instituição mediante comunicação escrita à Direcção.

2. Perde a qualidade de Associado aquele que não proceda ao pagamento de quotizações em atraso, após ter sido interpelado por escrito para proceder ao respectivo pagamento dos valores em dívida.

3. A saída de qualquer Associado não lhe confere o direito de reaver as quotizações pagas, sem prejuízo de serem exigíveis os montantes em dívida.

## **CAPÍTULO III**

### **PATRIMÓNIO E REGIME FINANCEIRO**

#### **Artigo 11º**

(Património)

O património da Instituição é constituído pelo conjunto de bens e direitos que sejam afectos à realização dos seus fins.

#### **Artigo 12º**

(Receitas)

Constituem receitas da Instituição:

- a) O montante das quotizações recebidas;
- b) As contrapartidas e compensações recebidas por actividades realizadas ou serviços prestados;
- c) Os rendimentos de bens e capitais próprios;
- d) As doações, legados e heranças instituídas a seu favor e respectivos rendimentos;
- e) Os empréstimos que lhe sejam concedidos;
- f) O produto da alienação de bens e da venda de publicações;
- g) Os subsídios ou donativos estabelecidos por quaisquer pessoas ou entidades públicas ou privadas;
- h) Os donativos e produtos de festas e subscrições;
- i) Outras receitas que legalmente lhe advenham.

## **CAPÍTULO IV**

### **CORPOS GERENTES**

#### **Artigo 13º**

(Corpos Gerentes)

São corpos gerentes da Instituição:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção;
- c) O Conselho Fiscal.

#### **Artigo 14º**

(Eleição e Duração do Mandato)

1. A Assembleia Geral elege os membros dos corpos gerentes de entre os seus associados com mais de um ano de vida associativa e no pleno gozo dos seus direitos **associativos**, nos termos destes estatutos e seus regulamentos.
2. A duração do mandato dos corpos gerentes é de quatro anos, podendo os seus membros ser reeleitos.
3. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cessante ou seu substituto.

4. O mandato dos corpos gerentes cessantes considera-se, em quaisquer circunstâncias, prorrogado até à posse dos novos corpos gerentes.

### **Artigo 15º**

#### **(Candidaturas)**

1. Podem apresentar listas de candidaturas a todos ou a parte dos corpos gerentes da Instituição os associados com pelo menos um ano de vida associativa e que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

2. Considera-se eleita a lista que obtiver a maioria simples dos votos validamente expressos em votação directa e secreta.

3. Nenhum associado poderá integrar mais do que uma lista de candidatura.

### **Artigo 16º**

#### **(Funcionamento)**

Os órgãos de administração e de fiscalização da Instituição são convocados pelos respectivos presidentes, **por iniciativa destes ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos** e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

### **Artigo 17º**

#### **(Condições de exercício dos Cargos)**

1. O exercício de qualquer cargo nos Corpos Gerentes da Instituição é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

2. **Se o volume de movimento financeiro da Instituição ou a complexidade da sua administração vier a exigir a presença prolongada de um mais titulares do órgão de administração que justifique o pagamento de remuneração, a mesma será fixada de acordo com o disposto no Estatuto das IPSS, designadamente no respectivo nº. 2 do seu artigo 18º.**

### **Artigo 18º**

#### **(Destituição)**

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal podem ser, a todo o tempo, destituídos por deliberação de, pelo menos, dois terços dos associados presentes em Assembleia Geral.

### **Artigo 19º**

(Vacatura)

1. A Assembleia Geral que destituir um ou mais dos corpos gerentes determinará na mesma sessão a forma de suprir a vacatura, bem como a data em que terá lugar o novo processo eleitoral.
2. Em caso de vacatura decorrente de demissão da maioria dos membros de cada órgão, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento das vagas verificadas, devendo os substitutos completar apenas o período em curso do respectivo mandato.

### **Artigo 20º**

(Constituição da Assembleia Geral)

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

### **Artigo 21º**

(Competência da Assembleia Geral)

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e, necessariamente:
  - a) Definir linhas gerais de actuação da Instituição;
  - b) Eleger e destituir por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e a totalidade ou a maioria dos membros dos órgãos executivos e de fiscalização;
  - c) Apreciar e votar o orçamento e o programa de acção para o exercício do ano seguinte, bem como o relatório e contas da gerência;
  - d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;



- e) Deliberar sobre a alteração de estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Instituição;
- f) Autorizar a Instituição a demandar os membros dos Corpos Gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- g) Autorizar a adesão a quaisquer organizações de cooperação institucional nacional ou internacional;
- h) Deliberar sobre o montante das quotas a aplicar aos associados, por proposta da Direcção.

## **Artigo 22º**

### **(Sessões da Assembleia Geral)**

1. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. São ordinárias as sessões a realizar, respectivamente até 30 de Novembro e 31 de Março de cada ano civil, para os efeitos consignados na alínea c) do artigo anterior, bem como as que se reporte à eleição dos corpos Gerentes, **no fim de cada mandato**, que se deve realizar até final do mês de Dezembro, sendo extraordinárias todas as restantes.
3. As sessões extraordinárias realizam-se por solicitação da Direcção, do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos 10% (dez por cento) dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

## **Artigo 23º**

### **(Convocação e Funcionamento das Sessões da Assembleia Geral)**

1. As sessões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, ou pelo seu substituto legal, com pelos menos quinze dias de antecedência em relação à data da sua realização.
2. A convocatória indicará o dia, hora e local da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos e, será **afixada na sede da instituição e remetida, pessoalmente**, por aviso postal ou correio electrónico para cada um dos associados.
3. **A convocatória é publicitada também no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas instalações e estabelecimentos da associação.**

4. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos estarão disponíveis para consulta na sede e no sítio institucional da Instituição, logo que a convocatória seja expedida para os associados.

5. A Assembleia iniciará os seus trabalhos à hora marcada na convocatória se estiver presente a maioria dos associados, ou trinta minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de presenças.

6. A Assembleia Geral, com excepção das sessões eleitorais, pode destinar um período para apresentação de sugestões e informações de interesse para os objectivos da Instituição.

### **Artigo 24º**

(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice Presidente e um Secretário.

2. Compete designadamente ao Presidente:

- a) Convocar e estabelecer a ordem de trabalhos da Assembleia Geral;
- b) Dirigir os respectivos trabalhos;
- c) Dar posse aos Corpos Gerentes;
- d) Assistir às reuniões da Direcção por iniciativa própria ou a solicitação da mesma, podendo intervir mas sem direito a voto.

3. Compete ao Vice Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos;

4. Na falta de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, compete a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessam funções no termo da reunião.

### **Artigo 25º**

(Composição da Direcção)

1. A Direcção da Instituição é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal e três suplentes.

2. Sem prejuízo do disposto em norma destes Estatutos ou seus Regulamentos, a Direcção definirá o conteúdo funcional, âmbito e limites dos poderes dos vários cargos na primeira reunião efectuada após a respectiva eleição.

3. A deliberação a que se refere o número anterior pode, a qualquer momento, ser objecto de alteração.

## **Artigo 26º**

(Natureza e Competência da Direcção)

1. A Direcção é o órgão de administração e de representação da Instituição, ao qual em particular compete:

- a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, Regulamentos, disposições legais e as deliberações validamente tomadas pelos Corpos Gerentes nos limites das suas competências;
- b) Tomar e desenvolver iniciativas que assegurem a concretização do disposto nos artigo 3º e 4º dos presentes Estatutos;
- c) Solicitar a convocação e propor à Assembleia Geral o que tiver por necessário ou conveniente;
- d) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização os documentos a que se reporta a alínea c) do artigo 21º dos presentes Estatutos;
- e) Administrar os recursos, organizar os serviços, contratar e gerir pessoal.
- f) Representar a Instituição em juízo e fora dele;
- g) Manter actualizado o ficheiro de registo dos associados;
- h) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- i) Nomear grupos de trabalho e comissões;
- j) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

## **Artigo 27º**

(Delegação de Competências)



A Direcção da Instituição pode delegar alguns dos seus poderes, designadamente, em qualquer dos seus membros e em profissionais qualificados ao seu serviço, bem como constituir mandatários através de competente procuração.

### **Artigo 28º**

(Reuniões de Direcção)

1. As reuniões de Direcção deverão ter periodicidade mensal.
2. As reuniões são convocadas por iniciativa do seu Presidente ou a pedido da maioria dos respectivos titulares

### **Artigo 29º**

(Deliberações da Direcção)

As deliberações da Direcção são tomadas por maioria de votos.

### **Artigo 30º**

(Natureza e Composição do Conselho Fiscal)

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Instituição e é constituído por um Presidente e dois Vogais e três suplentes.

### **Artigo 31º**

(Competência do Conselho Fiscal)

Compete em especial ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros, bem como os documentos de tesouraria e de escrituração da Instituição;
- b) Dar parecer sobre Plano de Acção e Orçamento para o ano seguinte e sobre o Relatório e Contas do exercício e ainda sobre quaisquer assuntos que os restantes órgãos entendam submeter á sua apreciação.
- c) Solicitar a convocação da Assembleia Geral, dirigir-lhe mensagens e prestar-lhe informações que decorram do exercício dos poderes que lhe são cometidos;
- d) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros nas reuniões da Direcção, sempre que o julgue conveniente, nas sem direito a voto, e



apresentar à Direcção as sugestões que entender serem de interesse para a vida da Instituição.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo 32º**

(Vinculação jurídica)

1. A Instituição obriga-se pela assinatura do Presidente ou do Vice Presidente em conjunto com a de qualquer outro dos membros da Direcção.
2. Nas operações financeiras são necessárias as assinaturas conjuntas do Presidente ou do Vice Presidente com a de qualquer outro membro da Direcção.
3. Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura do Presidente da Direcção, sem prejuízo da delegação em qualquer um dos demais membros.

#### **Artigo 33º**

(Alterações Estatutárias)

Os presentes Estatutos podem ser alterados pelo parecer favorável de pelo menos dois terços dos votos expressos, em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

#### **Artigo 34º**

(Dissolução)

1. A Instituição dissolve-se por deliberação de três quartos do número de todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, em Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim, por disposição legal ou decisão judicial.
2. Na sessão em que for votada a dissolução ou que se realize para dar execução a disposição legal ou decisão judicial dissolutória, a Assembleia Geral nomeia os liquidatários, se for possível e necessário, sobre o destino dos bens e valores que restarem após a satisfação de todos os compromissos e obrigações, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

### **Artigo 35º**

(Lacunas e Omissões)

Em todas as lacunas ou omissões dos presentes Estatutos, **aplica-se o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e demais Leis Portuguesas aplicáveis.**

### **Artigo 36º**

(Entrada em vigor)

Os presentes Estatutos anulam e revogam os anteriores Estatutos e entram em vigor logo que sejam devidamente aprovados **em Assembleia Geral Extraordinária expressamente convocada para o efeito.**